19 de dezembro de 2017

Anuários Estatísticos Regionais
2016

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE divulga os Anuários Estatísticos Regionais, que constituem a publicação de referência na disponibilização de informação estatística à escala regional e municipal, de apoio à leitura de trajetórias regionais de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

Os temas alvo de análise neste destaque permitem salientar as seguintes assimetrias territoriais:

- **Na Educação**, num contexto de melhoria da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, do Algarve e da Região Autónoma dos Açores (com exceção da Calheta) apresentavam valores abaixo da média neste indicador.
- **No Rendimento e condições de vida**, verifica-se uma diferenciação do rendimento total líquido anual médio por agregado familiar segundo o grau de urbanização – 25 334 euros para as famílias residentes em áreas urbanas e 18 397 euros em áreas rurais –, sendo o rendimento médio das famílias residentes em áreas urbanas de cada uma das sete regiões NUTS II superior ao valor médio nacional.
- **No Turismo**, num quadro de crescimento da procura de alojamentos turísticos, a Região Autónoma da Madeira, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e o Algarve eram as únicas sub-regiões NUTS III a registar valores acima da média nacional na taxa (líquida) de ocupação-cama.
- **Na Administração regional e local**, em 95 dos 308 municípios, a receita própria representou mais de metade da receita total das operações não financeiras, destacando-se com valores mais elevados os municípios de Lisboa e do Porto, bem como Lagoa, Albufeira e Lagos, no Algarve.

A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo *Administração regional e local*.

INDICADORES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO, 2016

MUNICIPALITIES INDICATORS, 2016

IV.1.1	Receitas por habitante	Dívida por habitante	Dívida bancária de médio e longo prazo no total da dívida	Relação entre receitas e despesas	Relação entre receitas e despesas correntes	Receitas próprias no total de receitas	Impostos no total de receitas	Fundos municipais no total de receitas	Participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital	Despesas com pessoal no total de despesas	Aquisição de bens de capital no total de despesas
	€		%								
Portugal	710	478	68,6	109,9	127,2	59,7	42,1	26,1	33,9	33,8	15,8
Continente	714	475	68,2	109,8	127,1	60,3	42,6	25,3	34,9	33,7	15,7
Norte	627	429	73,2	110,6	128,5	54,7	37,5	30,2	23,9	32,6	16,1
Alto Minho	832	412	66,9	103,7	128,3	46,3	23,8	39,3	21,4	31,5	18,4
Arcos de Valdevez	1 037	331	73,1	105,9	142,2	39,9	13,7	47,0	38,9	23,6	19,6
Caminha	959	1 180	30,0	105,1	110,6	57,3	26,9	37,0	40,4	34,7	7,2
Melgaço	1 470	1 055	74,1	117,1	127,2	33,9	14,9	50,8	0,0	43,2	15,6
...											

	Receipts per inhabitant	Debt per inhabitant	Medium and long-term bank loans in the total debt	Ratio between receipts and expenditures	Ratio between current receipts and expenditures	Ratio between own-source receipts and total receipts	Taxes in the total receipts	Local funds in the total receipts	EU funds in co-financed projects in the capital receipts	Compensation of employees in the total expenditure	Acquisition of capital goods in the total expenditure
	€		%								

© INE, I.P., Portugal, 2017. Informação disponível até 15 de novembro de 2017. Information available till 15th November, 2017.

Fonte: Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais).
Source: Presidency of the Council of Ministers - Directorate-General for Local Authorities, SIIAL database (Integrated Information System for Local Government).

Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: População, Educação, Rendimento e Condições de Vida, Construção e Habitação, Turismo, Administração Regional e Local e Participação Política.

POPULAÇÃO

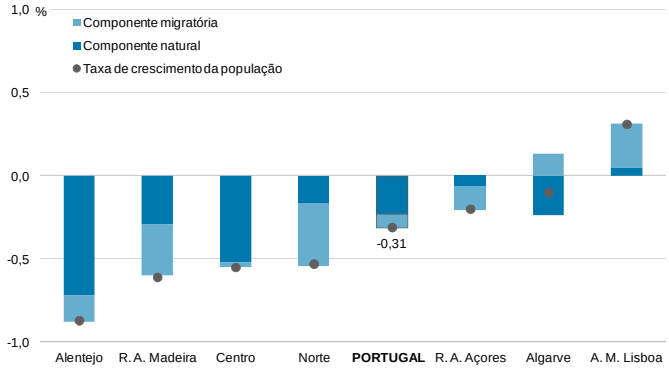
A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2016, foi estimada em 10 309 573 habitantes, o que representa uma diminuição de 0,31% face ao valor estimado para o ano anterior. Este resultado revelou um ligeiro abrandamento da diminuição da população face à diminuição ocorrida nos quatro anos anteriores, mas manteve a tendência negativa que se registou em Portugal desde 2010.

Entre 2015 e 2016, a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região NUTS II do País onde a população aumentou (0,31%). Por outro lado, o Alentejo e a Região Autónoma da Madeira foram as regiões com maiores decréscimos populacionais, com taxas de crescimento efetivo de -0,87% e -0,61%, respetivamente.

A diminuição da população residente em Portugal, em 2016, decorreu de taxas de crescimento negativas quer na componente natural (-0,23%) – que reflete o saldo entre o número de nados-vivos e o número de óbitos – quer na componente migratória (-0,08%) – que inclui as migrações internacionais e, ao nível infranacional, inclui também as migrações internas.

A importância do saldo natural para a variação negativa do efetivo populacional foi particularmente evidente nas regiões Alentejo (-0,72%) e Centro (-0,52%), por comparação com a região Norte e com as duas regiões autónomas, cujos saldos migratórios negativos (-0,37% no Norte, -0,31% na Região Autónoma da Madeira e -0,14% na Região Autónoma dos Açores) superaram os respetivos decréscimos naturais. Na Área Metropolitana de Lisboa, única NUTS II que registou aumento populacional, os maiores ganhos resultaram da componente migratória (0,26%).

Taxa de crescimento da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2015/2016

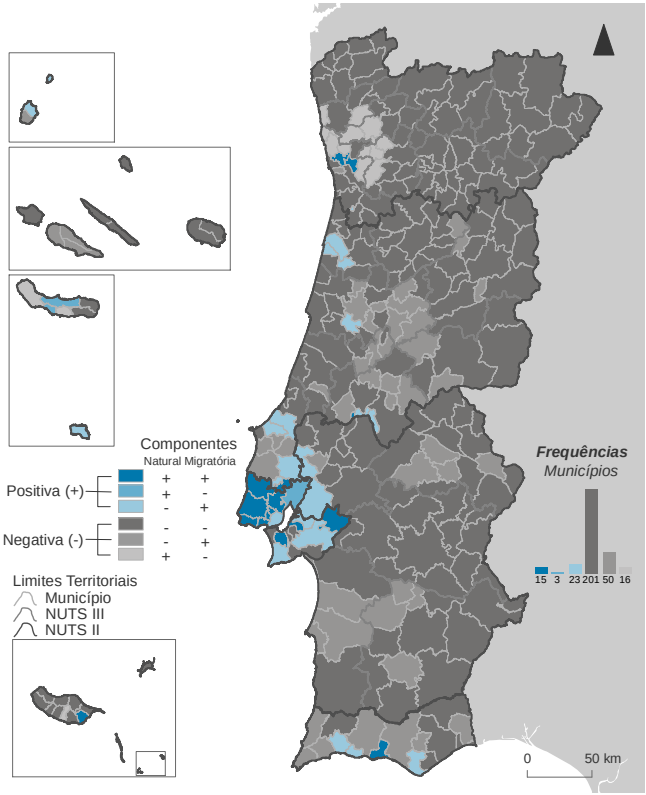


Em 41 dos 308 municípios do país foi estimado um crescimento populacional (46 em 2015), tratando-se, nomeadamente, de municípios localizados na Área Metropolitana de Lisboa (14) e na região Centro (12), e, de uma forma geral, com incidência maior na faixa litoral do Continente.

Em 15 municípios a evolução positiva da população decorreu de taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente positivas: nove municípios da Área Metropolitana de Lisboa e o município contíguo de Arruda dos Vinhos (Oeste), e ainda os municípios da Maia e Valongo (Área Metropolitana do Porto), Entroncamento (Médio Tejo), Albufeira (Algarve) e Santa Cruz (Região Autónoma da Madeira). Em 23 municípios o crescimento positivo ficou a dever-se exclusivamente a um saldo migratório positivo e apenas três municípios registaram um crescimento efetivo positivo exclusivamente através da componente natural – Vila Franca de Xira, na Área Metropolitana de Lisboa, e Lagoa e Ribeira Grande, na Região Autónoma dos Açores. Deste modo, em 2016 o efetivo populacional

diminuiu em 267 municípios, sendo que em 201 municípios ambas as componentes demográficas registaram um saldo negativo.

Decomposição da taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2015/2016

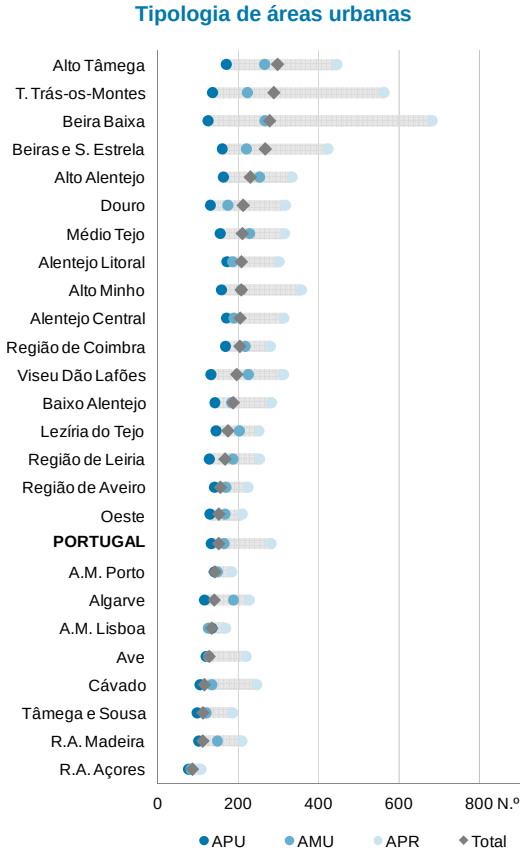


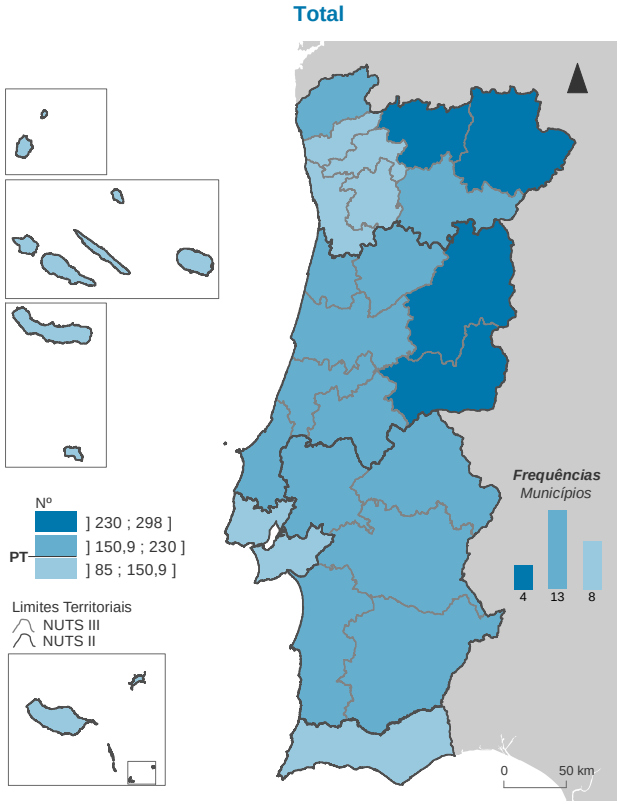
Em Portugal, o índice de envelhecimento da população, medido pelo rácio entre população idosa (65 ou mais anos) e população jovem (0-14 anos), registou um valor de 150,9 em 2016, maior do que no ano anterior (146,5).

A análise do índice por sub-regiões NUTS III permite constatar que o envelhecimento manteve-se mais intenso no Interior do Continente, com particular destaque para algumas NUTS III (Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela) em que o número de idosos por 100 jovens era superior a 260. Entre 2015 e 2016, todas as NUTS III do país registaram um aumento do índice de envelhecimento, mantendo a tendência dos últimos anos.

A diferenciação do índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revela, para 2016, um envelhecimento da população em Portugal mais expressivo nas áreas predominantemente rurais (APR, 281,6) do que nas áreas predominantemente urbanas (APU, 132,5). Esta maior incidência do envelhecimento nas áreas predominantemente rurais (APR) ocorreu em todas as NUTS III do país. Em 2016, a assimetria do envelhecimento entre territórios urbanos e rurais era mais relevante nas quatro sub-regiões globalmente mais envelhecidas: Beira Baixa (124,7 vs. 682,2), Terras de Trás-os-Montes (135,8 vs. 562,9), Alto Tâmega (170,0 vs. 445,7) e Beiras e Serra da Estrela (160,0 vs. 423,0).

Índice de envelhecimento segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016



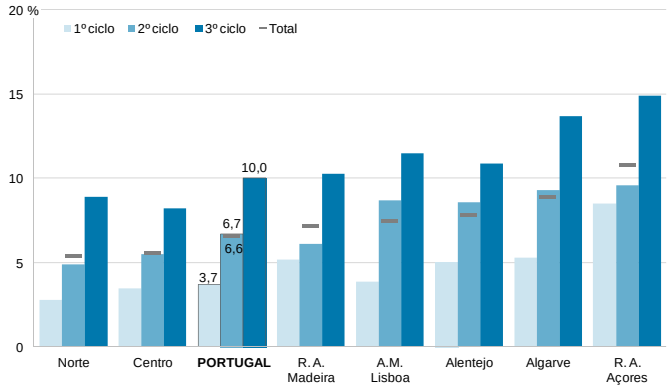


EDUCAÇÃO

No ano letivo 2015/2016, a taxa de retenção e desistência para o total do ensino básico e do país era 6,6%, sendo de 10,0% considerando apenas o 3º ciclo do ensino básico. No caso do 1º ciclo e do 2º ciclo aquele valor correspondia a 3,7% e a 6,7%, respetivamente. Ao nível regional, todas as regiões NUTS II registavam taxas de retenção e desistência no 3º ciclo superiores ao valor total do ensino básico e, simultaneamente, taxas sucessivamente crescentes do 1º até ao 3º ciclo.

A Região Autónoma dos Açores registava as taxas de retenção e desistência para o total e para os diferentes níveis do ensino básico mais elevadas. Nesta região, a taxa de retenção e desistência no 1º ciclo correspondia a 8,5% e aproximava-se dos 15% em relação ao ciclo terminal do ensino básico. Em contraponto, as regiões Norte e Centro apresentavam, taxas de retenção e desistência comparativamente mais baixas e também inferiores à média nacional – na região Norte atingiam cerca de 2,8% e 8,9% para o 1º ciclo e 3º ciclo, respetivamente, e na região Centro estes valores correspondiam a 3,5% e 8,2% para o 1º ciclo e 3º ciclo, respetivamente.

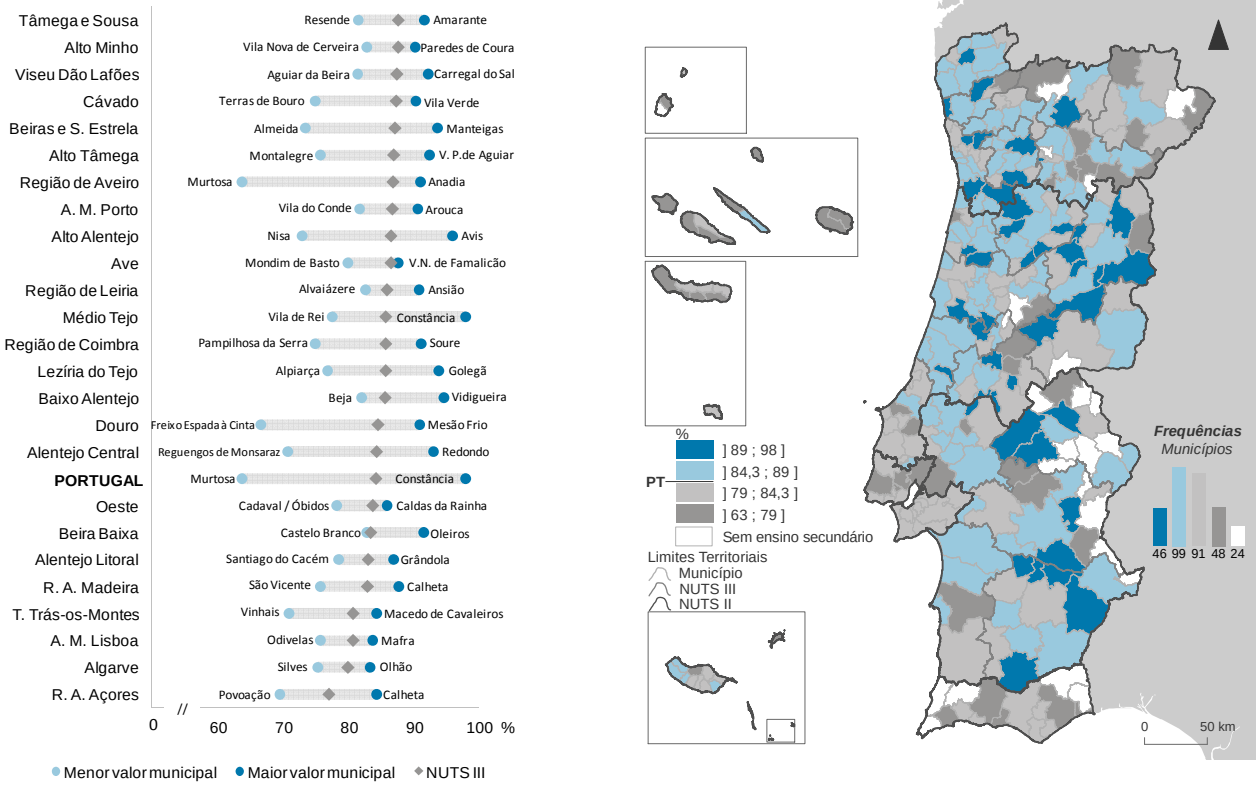
Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Portugal e NUTS II, 2015/2016



Em Portugal, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário, no ano letivo 2015/2016, era de 84,3%, superior ao valor do ano letivo anterior (83,4%), mantendo a tendência de melhoria registada desde 2011/2012. Em 2015/2016, as regiões Norte (86,7%), Centro (86,0%) e Alentejo (85,3%) superavam o valor nacional. A Região Autónoma dos Açores, assim como o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa, apresentavam, comparativamente, menores taxas de transição/conclusão.

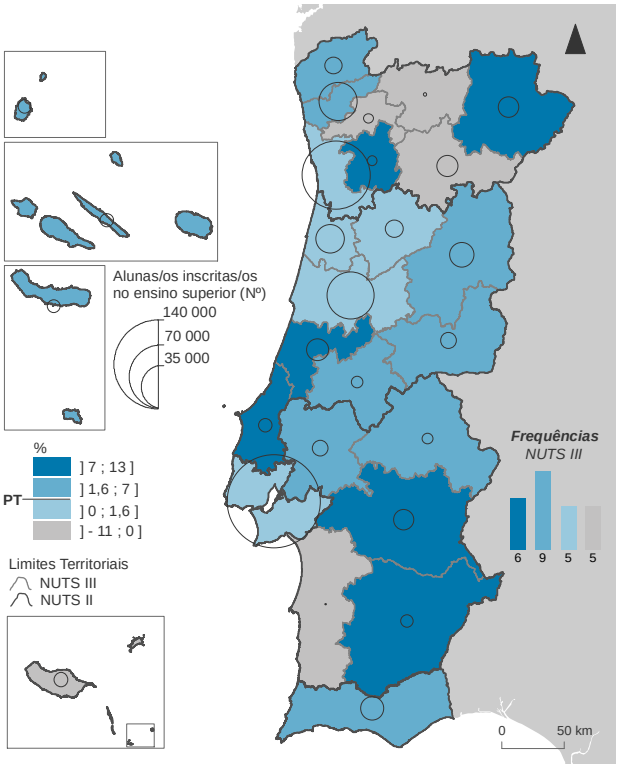
A análise da taxa de transição/conclusão ao nível municipal evidencia que os desempenhos mais favoráveis nas regiões Norte e Centro têm, contudo, disparidades internas, nomeadamente com os municípios do Litoral da região Norte a apresentar valores mais elevados neste indicador. Por sua vez, os 18 municípios que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, bem como todos os municípios com oferta de ensino secundário no Algarve, registavam taxas de transição/conclusão inferiores à média nacional. Do mesmo modo, com exceção do município da Calheta, na Região Autónoma dos Açores, e dos municípios da Calheta, Ponta do Sol, Porto Moniz e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira, os restantes municípios das regiões autónomas apresentavam valores inferiores à média nacional. A Região de Aveiro, e as sub-regiões do Douro e Alto Alentejo apresentavam, no ano letivo 2015/2016, uma maior assimetria entre municípios neste indicador.

Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, Portugal, NUTS III e município, 2015/2016



No que diz respeito ao ensino superior e considerando os dados relativos ao ano letivo 2016/2017, verificou-se que o número de alunas/os inscritas/os foi 361 943, dos quais cerca de 84% estavam inscritas/os no ensino superior público. Face ao ano letivo anterior, registou-se um aumento de 1,6% no total de alunas/os inscritos no ensino superior. A análise por sub-regiões destaca que em quatro das 25 NUTS III (Douro, Alentejo Litoral, Ave e Região Autónoma da Madeira) se verificou uma diminuição do número de alunas/os inscritas/os no ensino superior. Na sub-região Alto Tâmega o número de inscritas/os manteve-se. Nos restantes territórios NUTS III verificou-se um aumento de alunas/os inscritas/os, correspondendo a uma taxa de variação superior a 7% em seis sub-regiões – Alentejo Central, Baixo Alentejo, Região de Leiria, Oeste, Terras de Trás-os-Montes e Tâmega e Sousa.

Alunas/os inscritas/os no ensino superior e Taxa de variação do número de alunas/os inscritas/os no ensino superior, por NUTS III, anos letivos 2015/2016 e 2016/2017



RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA

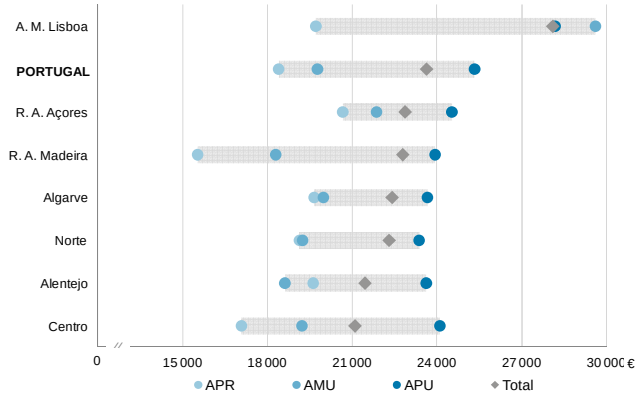
Segundo os resultados do Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, em Portugal, o rendimento total líquido anual médio por agregado familiar, para o ano de 2014, foi de 23 635 euros. Ao nível regional, este valor foi mais elevado na Área Metropolitana de Lisboa (28 101 euros), tendo sido a única região a superar o valor médio nacional nesse ano. Por outro lado, na região Centro registou-se o menor valor de rendimento total líquido anual médio por agregado (21 100 euros).

A distribuição do rendimento total líquido anual das famílias segundo a Tipologia de Áreas Urbanas permite observar que, em 2014, para o conjunto do país, as famílias residentes em áreas predominantemente urbanas (APU) detinham um rendimento total médio mais elevado (25 334 euros), comparativamente às que residiam em áreas mediamente urbanas (19 772 euros) e em áreas predominantemente rurais (18 397 euros).

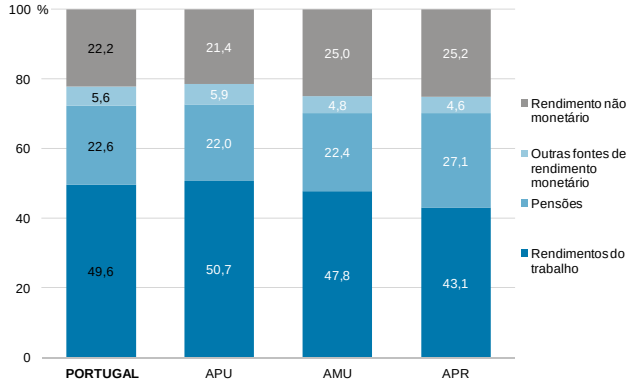
Ao nível regional, a Área Metropolitana de Lisboa constituía a única exceção apresentando um rendimento total líquido anual médio por agregado familiar das áreas mediamente urbanas (AMU) superior ao mesmo valor para as áreas predominantemente urbanas: 29 609 euros e 28 181 euros, respetivamente.

Destaca-se também o valor de rendimento total anual médio por agregado familiar das áreas predominantemente rurais (APR) da Região Autónoma da Madeira que, em 2014, registou o valor mais baixo (15 526 euros).

Rendimento total líquido anual médio por agregado familiar por NUTS II e Tipologia de áreas urbanas, 2014



Rendimento total líquido anual médio por agregado familiar por Tipologia de áreas urbanas segundo o tipo de rendimento, 2014



Em 2014, o rendimento monetário representava 77,8% do rendimento total líquido médio dos agregados familiares residentes em Portugal, destacando-se o peso do rendimento monetário proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e trabalho por conta própria) que representava cerca de metade (49,6%) do rendimento total auferido pelas famílias.

Considerando a intensidade de urbanização dos territórios e os diferentes tipos de rendimento, a contribuição do rendimento do trabalho para o rendimento total das famílias era mais relevante nas áreas predominantemente urbanas (50,7%) comparativamente com os restantes territórios. Por outro lado, as pensões e o rendimento não monetário[1] assumiam maior importância relativa no rendimento total das famílias residentes em áreas predominantemente rurais: 27,1% e 25,2%, respetivamente.

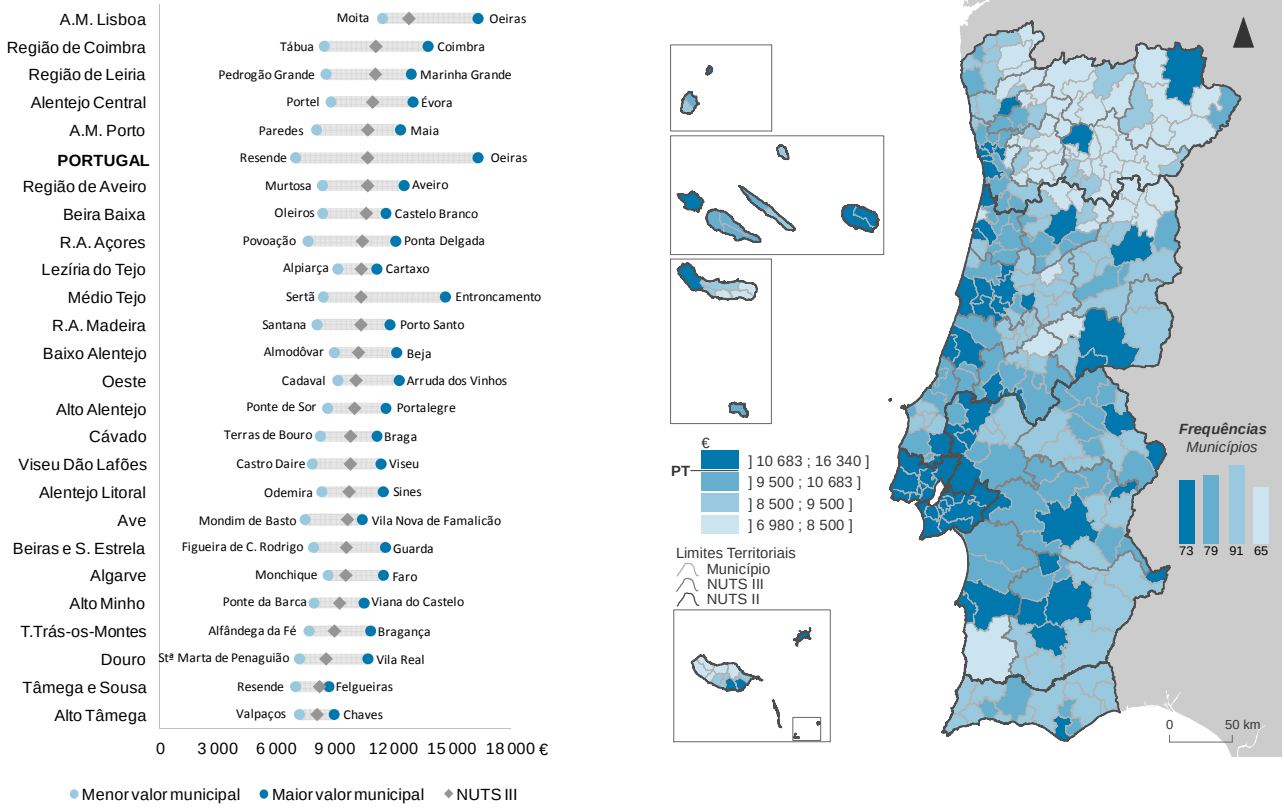
A informação proveniente da nota de liquidação do IRS – Modelo 3 revela que, em 2015, o rendimento bruto declarado em Portugal foi cerca de 82 475 milhões de euros, o que se traduziu num valor mediano de 10 683 euros por agregado fiscal. O rendimento bruto declarado mediano por agregado fiscal situou-se acima do valor nacional na Área Metropolitana de Lisboa (12 801 euros), na Região de Coimbra (11 100 euros), na Região de Leiria (11 080 euros), no Alentejo Central (10 942 euros) e na Área Metropolitana do Porto (10 694 euros). Os valores mais baixos deste indicador, inferiores a 8 500 euros, verificaram-se nas sub-regiões do Alto Tâmega e Tâmega e Sousa da região Norte.

Em 2015, 73 municípios apresentaram um rendimento bruto declarado mediano por agregado fiscal acima do valor nacional. A análise do padrão territorial deste indicador destaca, com valores mais elevados, os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, da Região de Coimbra e da Região de Leiria. Em todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o rendimento bruto mediano por agregado fiscal situou-se acima do valor nacional, destacando-se o município de Oeiras que apresentou o valor mais elevado (16 339 euros) do país. Os agregados fiscais com menor rendimento bruto declarado situavam-se sobretudo em municípios no Interior da região Norte.

[1] O rendimento não monetário abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

O Médio Tejo, a Região de Coimbra e a Área Metropolitana de Lisboa foram as sub-regiões NUTS III com maior assimetria de rendimento bruto declarado mediano por agregado entre municípios.

Rendimento bruto declarado mediano por agregado fiscal, Portugal, NUTS III e município, 2015



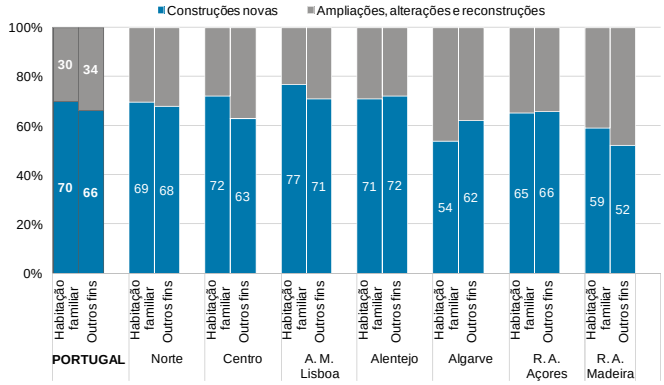
CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

De acordo com os últimos dados do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU), em 2016, o número total de edifícios concluídos (construções novas e obras de ampliação, alteração e reconstrução) em Portugal foi cerca de 10,7 mil, representando um decréscimo de 3,2% face ao ano anterior. As regiões Centro e Alentejo registaram as diminuições mais expressivas (-9,3% e -3,7%, respetivamente), enquanto nas regiões autónomas e na Área Metropolitana de Lisboa o número de edifícios concluídos aumentou face a 2015.

Em Portugal, do total de edifícios concluídos em 2016, cerca de 63,5% destinavam-se a habitação familiar. A maioria dos edifícios concluídos para habitação familiar correspondia a construções novas (cerca de 70%), sendo os restantes 30% obras de reabilitação (ampliações, alterações e reconstruções). Ao nível regional, nos edifícios para habitação familiar, a proporção de construções novas era mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa (77%) enquanto as obras de reabilitação tinham maior importância no Algarve (46% dos edifícios concluídos para habitação familiar) e na Região Autónoma da Madeira (41%).

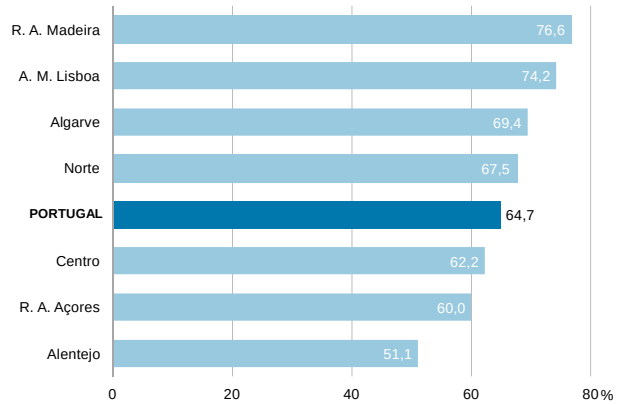
Em 2016, em Portugal, 34% dos edifícios concluídos para outros fins, que não para habitação familiar, resultavam de obras de reabilitação. Em termos regionais, este tipo de obras era mais expressivo na Região Autónoma da Madeira (48% dos edifícios concluídos para outros fins).

Repartição dos edifícios concluídos para habitação familiar e para outros fins, segundo o tipo de obra, Portugal e NUTS II, 2016



Em 2016 foram concluídos 7 315 edifícios em construções novas, dos quais 64,7% destinavam-se a habitação familiar, enquanto os restantes 35,3% tinham outros fins. A proporção de construções novas destinadas a habitação familiar era maior na Região Autónoma da Madeira e na Área Metropolitana de Lisboa (respetivamente 76,6% e 74,2% do total de construções novas).

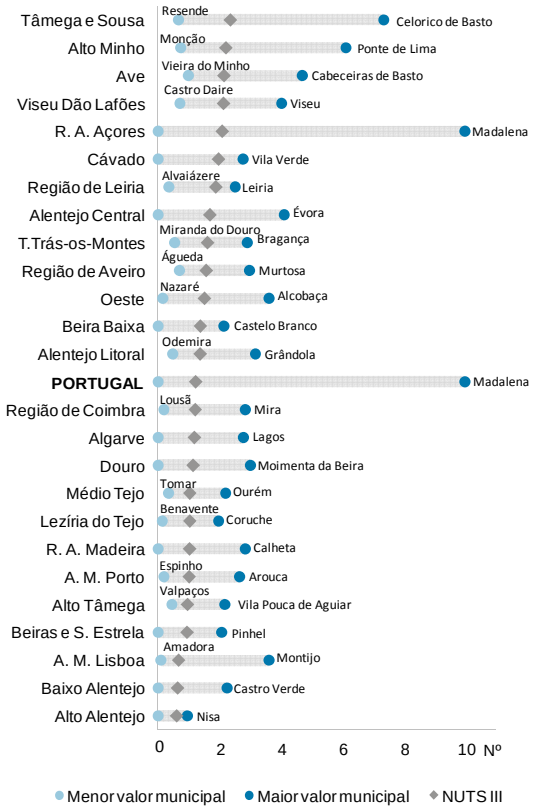
Proporção de edifícios concluídos de construções novas para habitação familiar, Portugal e NUTS II, 2016

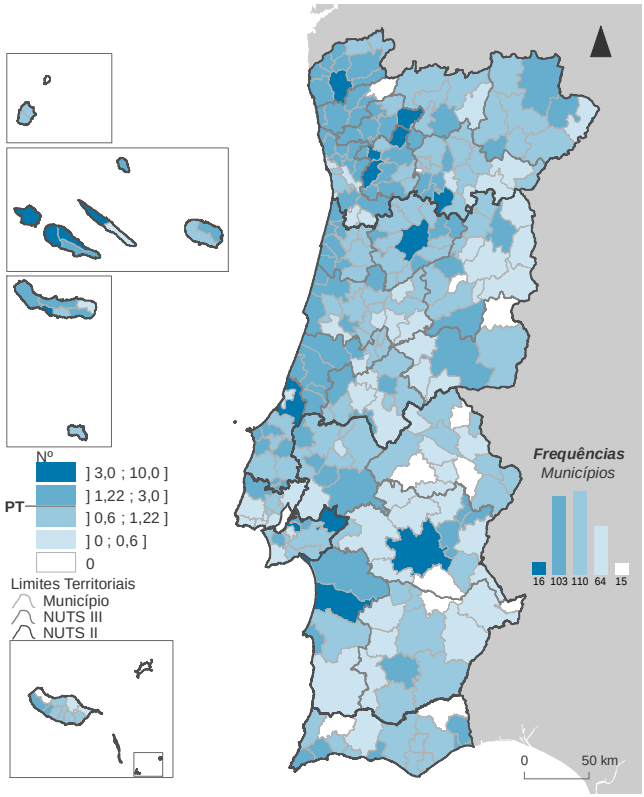


Em Portugal, em 2016, foram concluídos 7 256 fogos para habitação familiar em construções novas, o que correspondeu a 1,22 fogos por cada 1 000 alojamentos familiares clássicos, considerando as estimativas do parque habitacional. As sub-regiões do Tâmega e Sousa, Alto Minho, Ave, Viseu Dão Lafões e Região Autónoma dos Açores registaram valores mais expressivos neste indicador: acima de 2 fogos novos por 1 000 alojamentos familiares clássicos. No outro extremo, as sub-regiões do Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Área Metropolitana de Lisboa evidenciaram menor dinâmica nas construções novas de fogos para habitação familiar relativamente ao respetivo parque habitacional.

A análise por município sugere que os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar tiveram maior expressão relativa no Litoral das regiões Norte e Centro do Continente bem como nas ilhas do Pico, Faial e São Jorge do grupo central da Região Autónoma dos Açores. Em 16 municípios do país registavam-se valores mais elevados neste indicador, acima de 3 fogos novos concluídos por 1 000 alojamentos familiares clássicos. Por outro lado, em 15 dos 308 municípios do país não se registaram fogos novos para habitação familiar. A Região Autónoma dos Açores, o Tâmega e Sousa e o Alto Minho apresentavam, no ano de 2016, uma maior assimetria entre municípios no número de fogos novos concluídos para habitação familiar por 1 000 alojamentos familiares clássicos.

Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por 1 000 alojamentos familiares clássicos, Portugal, NUTS III e município, 2016





TURISMO

De acordo com os resultados do Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e Outros Alojamentos, em 2016, estavam em atividade 4 805 estabelecimentos de alojamento turístico, com uma capacidade de 380 818 camas. A Hotelaria (HOT) representava 79,3% da capacidade de alojamento seguindo-se o Alojamento local (AL, 15%) e o Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação (TERTH, 6 %).

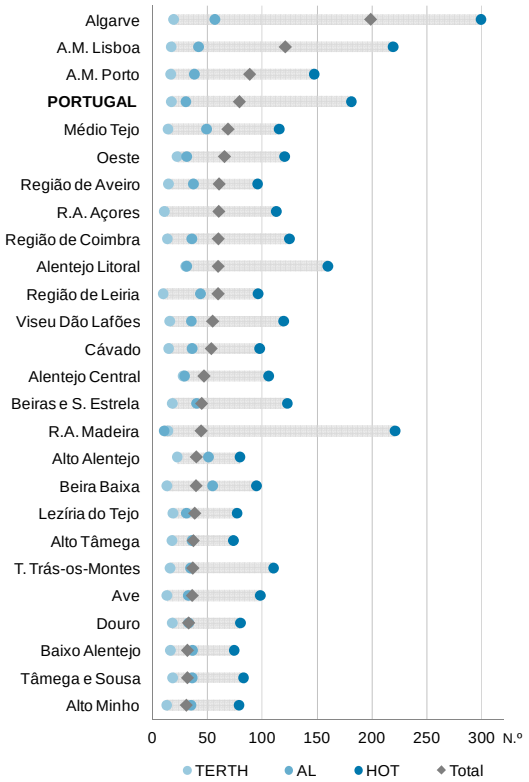
A capacidade média de alojamento turístico, que relaciona a capacidade total com o número de estabelecimentos, era mais elevada no Algarve (199 camas por alojamento) e nas áreas metropolitanas de Lisboa (121) e do Porto (89). Em 2016, a capacidade média da Hotelaria (181) era cerca de seis vezes superior à capacidade média do Alojamento local e cerca de 10 vezes superior à capacidade média do Turismo no Espaço rural e Turismo de habitação. A sub-região do Algarve apresentava não só o valor mais elevado na capacidade média dos alojamentos turísticos (199), como também, juntamente com a Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira, registava a maior assimetria entre a capacidade média da Hotelaria e as restantes categorias de alojamento turístico. Estas três sub-regiões eram as únicas com uma capacidade média na Hotelaria acima de 200 camas.

O padrão territorial da capacidade média de alojamento turístico evidencia a generalidade das sub-regiões do Interior do Continente com menores valores de capacidade média dos alojamentos turísticos, destacando-se as sub-regiões do Douro (33), Tâmega e Sousa (32) e do Baixo Alentejo (32). No Litoral, apenas o Alto Minho (31) apresentava valores desta ordem de

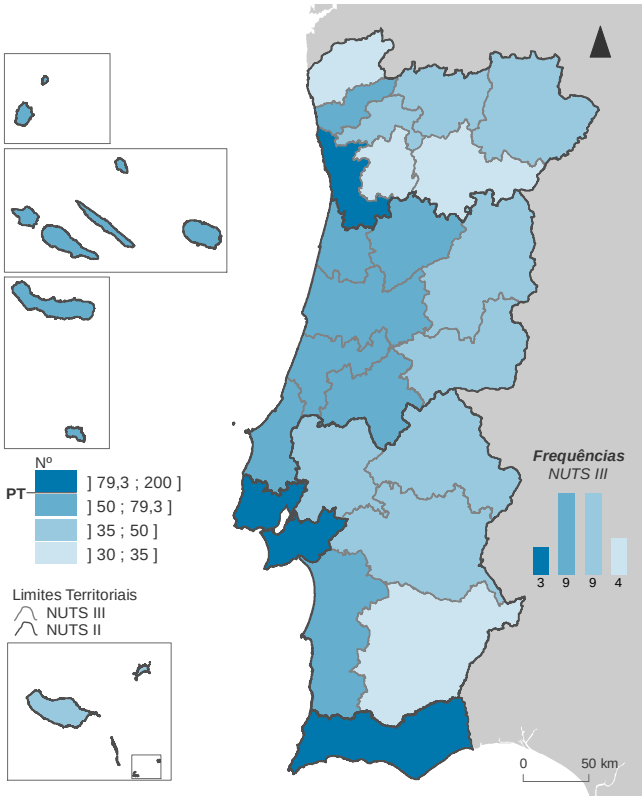
grandeza. Destacam-se ainda as sub-regiões Algarve (57), Beira Baixa (55) e Alto Alentejo (51) com capacidade média do Alojamento Local acima de 50 camas.

Capacidade média de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2016

Tipologia dos estabelecimentos de alojamento turístico

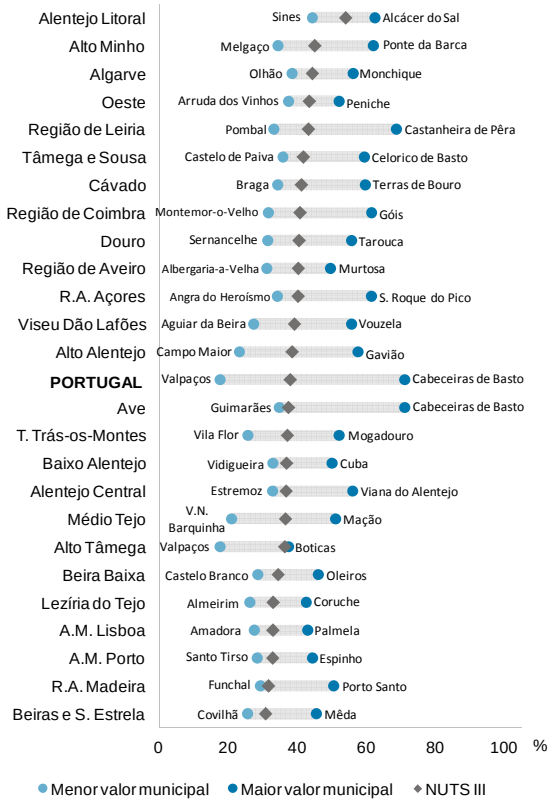


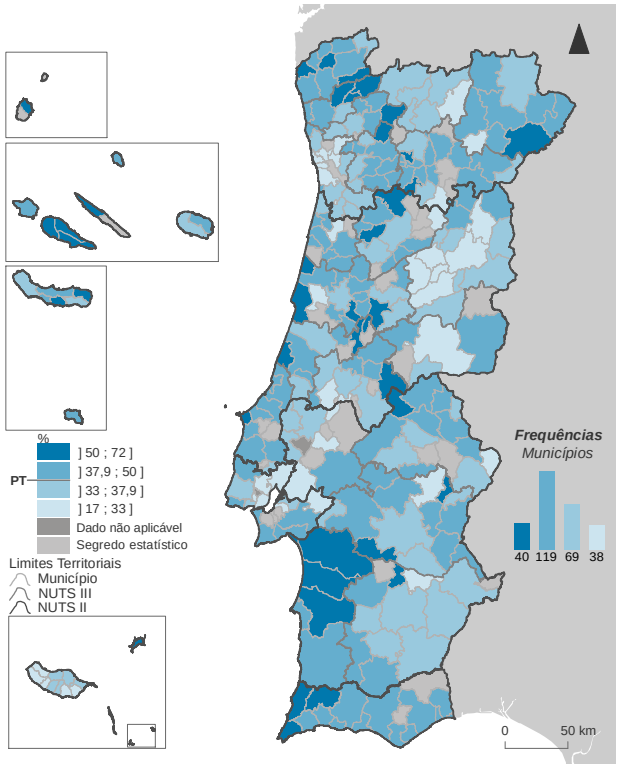
Total



Em 2016, 37,9% das dormidas em Portugal registaram-se nos meses de julho a setembro. O Algarve (44,4%) e o Alentejo (42,2%) foram as regiões NUTS II com valores mais elevados neste indicador de sazonalidade. Seguiam-se a Região Autónoma dos Açores (40,2%) e a região Centro (39,1%) onde se verificaram também valores acima da média do país neste indicador. Em 40 municípios mais de metade das dormidas foi nos meses entre julho e setembro. Com valores acima de 60% neste indicador destacavam-se, na região Norte, os municípios de Cabeceiras de Basto (71,1%) e Ponte da Barca (62,0%), na região Centro, os municípios de Castanheira de Pêra (68,7%) e Góis (61,5%), Alcácer do Sal (62,5%) no Alentejo, e São Roque do Pico (61,5%) na Região Autónoma dos Açores. Os municípios em que o efeito de sazonalidade nos meses de julho a setembro era menos intenso (valores abaixo de um terço do total de dormidas no ano) situavam-se maioritariamente no Interior da região Centro, nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e na Região Autónoma da Madeira.

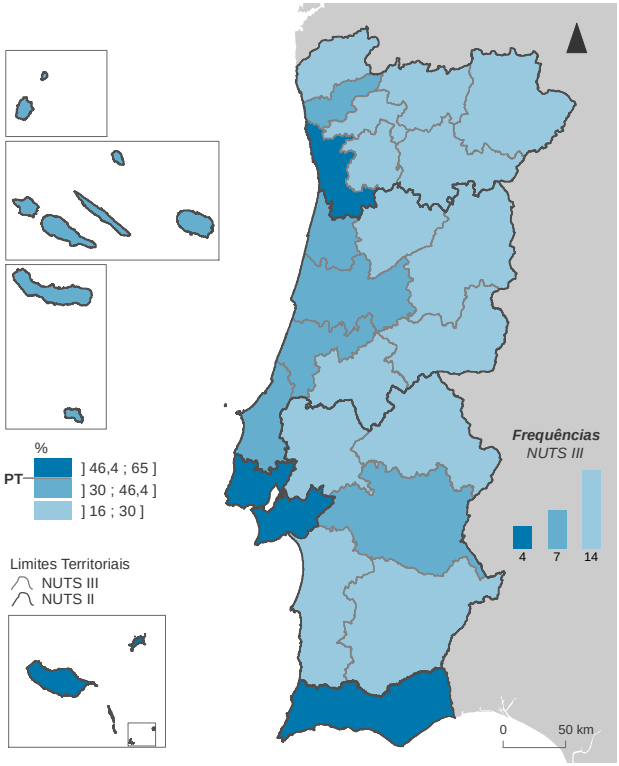
Proporção de dormidas entre julho-setembro, Portugal, NUTS III e município, 2016





A taxa líquida de ocupação-cama nos alojamentos turísticos foi, em 2016, de 46,4%. A Região Autónoma da Madeira (64,1%), as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (55,3% e 51,9%, respetivamente) e o Algarve (49,6%) eram as únicas sub-regiões NUTS III a registar neste indicador, valores acima da média nacional. Em 2016, os valores mais reduzidos de procura face à oferta de alojamentos turísticos (abaixo de 30% neste indicador) registaram-se nas sub-regiões do Interior do Continente, no Alentejo Litoral e no Alto Minho. Em Terras de Trás-os-Montes este indicador registou o valor mais baixo do país: 16,3%.

Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico, Portugal e NUTS III, 2016



ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

Em 2016, a receita das câmaras municipais proveniente de operações não financeiras foi superior à despesa, registando um saldo positivo de cerca de 657 milhões de euros. Neste ano, todas as sub-regiões NUTS III, com exceção do Alentejo Central, apresentaram um rácio entre a receita e a despesa superior a 100%, destacando-se a Região de Leiria (118,7%) e o Médio Tejo (115,6%).

Em 2016, 42,1% da receita de operações não financeiras das câmaras municipais era proveniente de impostos[2] e 26,1% de transferências recebidas do Estado através de fundos municipais. As regiões NUTS II que se destacaram por terem um peso mais significativo dos impostos no total da receita foram a Área Metropolitana de Lisboa (60,9%) e o Algarve (53,4%). Por outro lado, os fundos municipais representaram a maior parcela da receita das operações não financeiras na Região Autónoma dos Açores (54,6%) e na região do Alentejo (46,8%).

Em 2016, em 95 dos 308 municípios, a receita própria[3] representou mais de 50% da receita total das operações não financeiras. As câmaras municipais que apresentaram um maior peso da receita própria no total da receita evidenciando, assim, um maior grau de independência financeira, foram Lisboa (92,8%) e os municípios de Lagoa (88,8%) e Albufeira (88,6%), no Algarve.

A análise por município permite destacar o Litoral do Continente com proporções mais elevadas neste indicador, numa faixa de Caminha a Setúbal, que evidencia também os dois territórios metropolitanos centrados em Lisboa e no Porto, e a maioria dos municípios da região do Algarve.

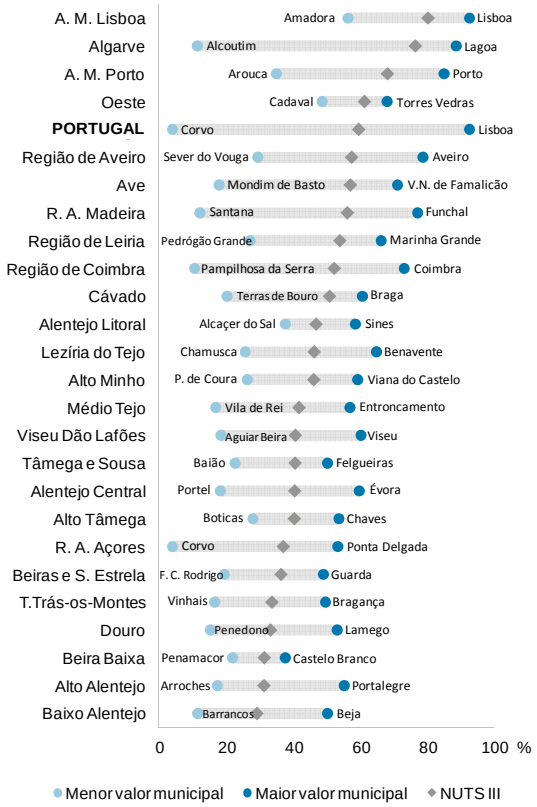
Na ilha da Madeira era visível um contraste entre os municípios do norte e do sul, observando-se um maior peso da receita própria no total da receita no sul. Na Região Autónoma dos Açores apenas no município de Ponta Delgada a receita própria representava mais de metade do valor total da receita (53,5%).

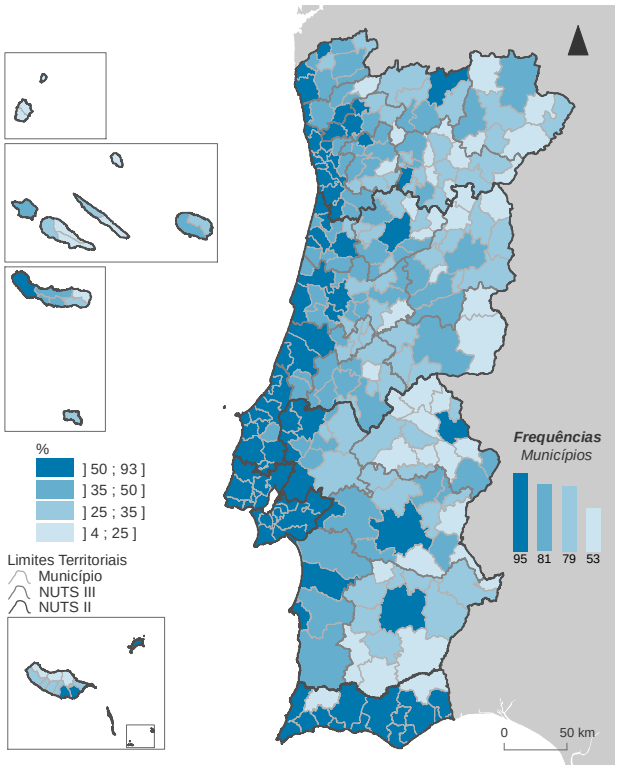
O Algarve, a Região Autónoma da Madeira e a Região de Coimbra foram as sub-regiões que, em 2016, apresentaram a maior assimetria entre municípios considerando o peso das receitas próprias no total de receitas das operações financeiras das câmaras municipais.

[2] Para este indicador foram considerados os seguintes impostos: Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Derrama.

[3] A receita própria engloba a receita proveniente de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, vendas de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

Receita própria no total de receita das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2016

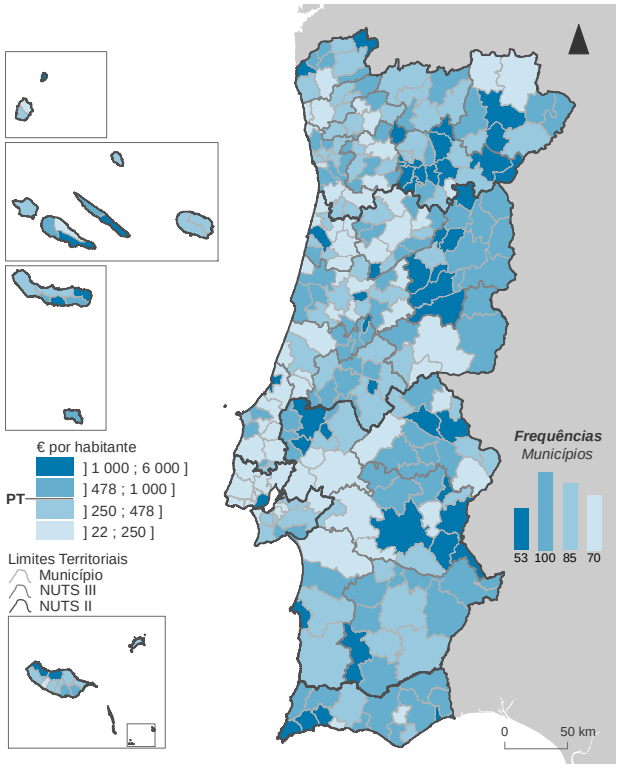




A dívida a terceiros das câmaras municipais, em 2016, foi cerca de 4 931 milhões de euros, o que se traduziu num valor médio de 478 euros por habitante. A análise sub-regional mostra que em 12 das 25 NUTS III a dívida por habitante registou valores inferiores à média nacional, destacando-se as sub-regiões do Cávado (267 euros por habitante), da Beira Baixa (284 euros por habitante) e a Região de Leiria (295 euros por habitante). Nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela (1 313 euros por habitante) e do Alentejo Central (1 035 euros por habitante) o valor da dívida por habitante mais do que duplicava o valor médio nacional.

Ao nível municipal, em 153 dos 308 municípios, a dívida por habitante foi superior à média nacional. Os valores mais elevados deste indicador registaram-se maioritariamente em municípios do Interior do Continente.

Dívida por habitante das câmaras municipais, por município, 2016



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A taxa de abstenção em Portugal na eleição para as Autarquias Locais, realizada a 1 de outubro de 2017, foi de 45% na votação para as Câmaras Municipais. Este valor foi inferior ao verificado na eleição homóloga de 2013, que teve uma abstenção média de 47,4% mas ficou acima dos valores ocorridos nas eleições para as Câmaras Municipais desde 1997.

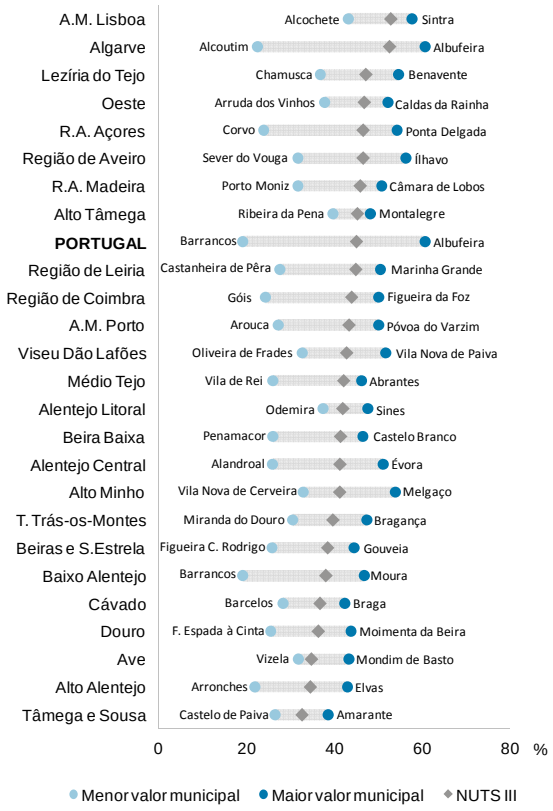
A Área Metropolitana de Lisboa apresentou a taxa de abstenção mais elevada (52,9%) das regiões NUTS II do país, seguida do Algarve (52,6%) e das duas regiões autónomas – 46,6% na Região Autónoma dos Açores e 45,9% na Região Autónoma da Madeira. As restantes regiões NUTS II registaram taxas de abstenção inferiores à média nacional: 39,8% no Norte, 41,7% no Alentejo e 43,9% no Centro.

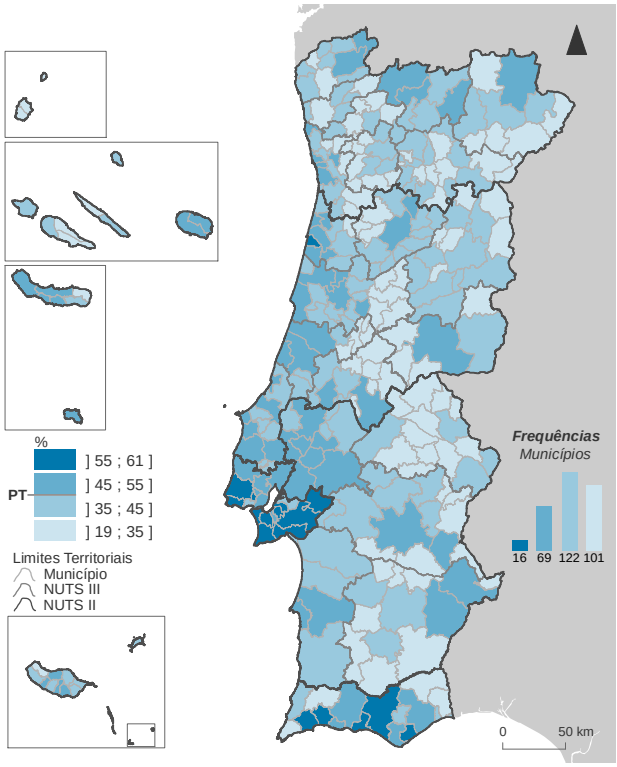
A análise ao nível das sub-regiões NUTS III evidencia alguns contrastes em várias regiões. Para além das situações já referidas da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve as seguintes sub-regiões registaram também taxas de abstenção acima da média nacional: Lezíria do Tejo (47,2%), Oeste (46,8%), regiões autónomas dos Açores (46,6%) e da Madeira (45,9%) e Região de Aveiro (46,5%). Pelo contrário, as NUTS III do Tâmega e Sousa, Alto Alentejo e Ave apresentaram taxas de abstenção inferiores a 35%.

Os municípios com taxas de abstenção mais elevadas localizavam-se, maioritariamente, na Área Metropolitana de Lisboa e na região Algarve. Dos 16 municípios com abstenção acima de 55%, apenas um (Ílhavo, na Região de Coimbra) não pertencia à Área Metropolitana de Lisboa ou ao Algarve. Entre os 15 restantes municípios destacavam-se os casos de Albufeira (60,7%), Portimão (58,8%), Sintra (57,7%) e Amadora (57,3%). Por outro lado, os municípios com maior participação eleitoral pertenciam à região Alentejo: entre os 12 municípios com taxas de abstenção inferiores a 25%, 9 situavam-se naquela região, com destaque para os casos de Barrancos (19,1%), Arronches (21,9%), Cuba (22%) e Fronteira (22,2%).

A disparidade da abstenção entre municípios em cada sub-região NUTS III foi particularmente evidente no Algarve e na Região Autónoma dos Açores, com as maiores diferenças ocorridas entre as taxas dos municípios de Albufeira (60,7%) e Alcoutim (22,5%), no primeiro caso, e entre os municípios de Ponta Delgada (54,3%) e Corvo (23,9%), no segundo caso.

Taxa de abstenção na eleição para as Autarquias Locais - Câmaras Municipais, Portugal, NUTS III e município, 2017





>> **NOTA TÉCNICA**

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores (da responsabilidade do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores) e Região Autónoma da Madeira (da responsabilidade da DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira).

As publicações disponibilizam mais de 240 quadros, organizados em quatro capítulos – *O Território*, *A Atividade Económica*, *As Pessoas* e *O Estado* – que abrangem 27 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo, fornece-se um conjunto de indicadores de síntese, visando a comparação do posicionamento relativo das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados. Os quadros de informação encontram-se em formato bilingue (português e inglês) e disponibilizam as hiperligações para os indicadores da Base de Dados *on-line* do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospetiva dos dados e a outra informação complementar, incluindo metainformação. Nesta edição, apresenta-se em Dossiês temáticos – Municípios um conjunto de ficheiros XLSX e CSV que contém a informação integrada dos quadros publicados para as sete regiões.

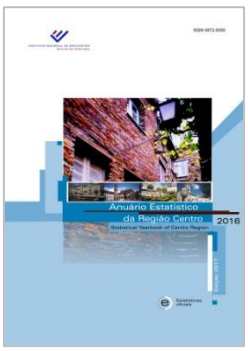
A edição de 2017 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015. De acordo com esta versão, as NUTS II e I portuguesas não sofreram qualquer alteração, com exceção da designação da NUTS II "Lisboa" para "Área Metropolitana de Lisboa". As NUTS III portuguesas reduziram-se de 30 para 25 unidades territoriais e passaram a constituir unidades administrativas com delimitação coincidente com as "Entidades Intermunicipais" no Continente, com a "Região Autónoma dos Açores" e com a "Região Autónoma da Madeira". A divisão administrativa ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada –, refere-se ao enquadramento decorrente da reforma administrativa (que entrou em vigor a 30 de setembro de 2013). Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos de 2014 (TIPAU 2014) que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediamente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APU).

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2016.

Anuários Estatísticos Regionais 2016

Anuário Estatístico da região Norte

Anuário Estatístico da região Centro



Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa

Anuário Estatístico da região Alentejo

Anuário Estatístico da região Algarve